

VOZES QUE NOS AJUDAM A PENSAR

Para o arranque do projeto no qual nos propomos trabalhar de forma regular durante os próximos dois anos, quisemos falar com uma série de personalidades, cujo conhecimento e voz importa considerar quando pensamos no tema do colonialismo português, de forma a percebermos quais as preocupações que existem em volta deste tema.

Como base para este arranque, centramo-nos no mito do Lusotropicalismo, teoria desenvolvida pelo cientista social brasileiro Gilberto Freyre, na primeira metade do século XX, sobre a relação de Portugal com os trópicos. Neste modelo social, o cientista distingue o processo de colonização de Portugal do dos restantes impérios europeus, por considerá-lo mais empático, próximo e afeiçoado aos indígenas – ideias que vêm tentar retirar a dureza e responsabilização de processos de ocupação de territórios, agressão e tráfico de pessoas escravizadas.

Assim, chegamos às respostas de Amina Bawa, Aurora Almada e Santos, Beatriz Gomes Dias, Francisco Vidal, Joacine Katar Moreira, Leonor Rosas, Mamadou Ba, Maria Paula Meneses, Miguel Cardina, Myriam Taylor, Paula Cardoso, Sofia da Palma Rodrigues e Solange Salvaterra Pinto a três perguntas:

- 1. Como considera que a população portuguesa encara o passado colonial?**
- 2. Considera que a teoria do Lusotropicalismo ainda persiste na sociedade portuguesa? Se sim, como é que esta visão impacta a maneira como os portugueses olham para o racismo?**
- 3. Deve Portugal trabalhar numa reparação histórica? Se sim, como?**

Descobre as suas respostas, já de seguida.



Maria Paula Meneses

Investigadora e coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES)
 Fotografia da cortesia de Maria Paula Meneses

1. Como considera que a população portuguesa encara o passado colonial?

O colonialismo não é passado. A colonização, como sublinha Césaire, são milhões de seres humanos a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. Esta violência, com múltiplos matizes, procurou reduzir o outro a um ser inferior, um ser com potencial para ser humano, se convertido e domesticado, pela educação e pelo trabalho, virtudes civilizadoras eurocêntricas. A colonização, enquanto sistema de negação da dignidade humana, perdura nos dias de hoje, ao se insistir em não reconhecer a diversidade de saberes vividos a sul, para além das referências eurocêntricas.

2. Considera que a teoria do Lusotropicalismo ainda persiste na sociedade portuguesa? Se sim, como é que esta visão impacta a maneira como os portugueses olham para o racismo?

O Lusotropicalismo foi um dos dispositivos desenvolvidos por Portugal para legitimar o colonialismo e que, ao não ser criticamente desmascarado, continua a ser usado para justificar o suposto caráter tolerante e não xenófobo da sociedade portuguesa e a ausência de um racismo estrutural nas suas instituições. Quando os «ventos de mudança» começaram a soprar no continente africano, nos anos 60, Portugal procurou justificar, quer interna, quer externamente, o caráter benigno do «seu» colonialismo, agora apresentado como o «modo português de estar no mundo». Esta autoimagem de Portugal continua a ser ativamente apresentada como uma característica específica da sua identidade: um povo fraterno, de vocação ecuménica, tolerante e não racista.



3. Deve Portugal trabalhar numa reparação histórica? Se sim, como?

As reparações são a resposta direta à violência estrutural gerada pelos longos séculos de violência, opressão e negação da alteridade. Por exemplo, a aceitação acrítica de categorias imperiais de conhecimento é um sintoma de como o nosso conhecimento continua a ser moldado pelas estruturas imperiais. Neste sentido, o reclamar por justiça cognitiva, ou seja, o reclamar de uma agenda que insista que o que é estudado sobre a violência colonial não ocorreu «no passado», e que o direito de as pessoas a verem o seu mundo reparado é justificado, exige uma temporalidade e uma agenda não imperial. (Re)parar o conhecimento deve ser parte constitutiva desta agenda, para transformar as mentalidades e as instituições.



Miguel Cardina

Historiador, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e coordenador do projeto CROME – *Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio: As guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais*, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação
 Fotografia de Luísa Bebiano Correia



1. Como considera que a população portuguesa encara o passado colonial?

Na sociedade portuguesa, persiste um padrão de leitura sobre o passado colonial que tem esta estranha marca de o imaginar como não-colonial. Eduardo Lourenço tem uma frase em que diz algo nesse sentido: *Portugal seria o lugar da mais espetacular boa consciência colonial baseado na ideia de que a violência estaria, no essencial, ausente desse processo*. Têm existido debates e movimentos que têm procurado abrir a história e questionar estes modos dominantes de olhar para o passado. Mas eles são ainda minoritários e socialmente circunscritos.

2. Considera que a teoria do Lusotropicalismo ainda persiste na sociedade portuguesa? Se sim, como é que esta visão impacta a maneira como os portugueses olham para o racismo?

De algum modo, o que afirmei atrás é uma ilustração disso mesmo. A ideia de que o colonialismo português teria sido baseado no encontro e numa apetência miscigenadora benigna continua muito presente: no espaço público, no discurso dos governantes, na escola, na publicidade, etc. E ajuda a explicar porque é que o racismo continua a ser uma realidade negada.

3. Deve Portugal trabalhar numa reparação histórica? Se sim, como?

É necessário começar a encetar processos de reconhecimento e enfrentamento desse passado. Há um debate sobre a restituição de artefactos culturais, que é complexo e que deve ser visto caso a caso, que terá de começar a ser feito. Há um debate sobre a descolonização do espaço público em Portugal que também tem de dar passos. Há tarefas comuns entre Portugal e os países outrora territórios colonizados que também importa começar a encetar: falo em políticas da memória, de arquivo, de musealização comuns e articuladas sobre a guerra colonial e o colonialismo. E por aí fora... A França começou a fazê-lo relativamente à Argélia. Nisto, como em muitas outras coisas, não há guiões predefinidos, mas a vontade de começar essa conversa é um primeiro passo.



Sofia da Palma Rodrigues

Jornalista da *Divergente* e doutorada em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
 Fotografia da cortesia de Sofia da Palma Rodrigues

1. Como considera que a população portuguesa encara o passado colonial?

O passado colonial português é um assunto que, quase 50 anos depois de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo-Verde terem conquistado as suas independências, continua a ser tratado com desconhecimento e paternalismo. Por um lado, não existe uma discussão séria sobre os impactos que a ocupação à força do continente africano teve, transversalmente, na sociedade portuguesa; por outro, é um tema sobre o qual continua a reinar uma narrativa única que tende a vangloriar os feitos civilizatórios – como levaram o desenvolvimento – e heroicos – como se debateram na Guerra Colonial – dos portugueses. Esta postura impede que se encare o colonialismo como uma forma de ocupação e exploração não cessada, que tem impactos que se estendem até aos dias de hoje.

2. Considera que a teoria do Lusotropicalismo ainda persiste na sociedade portuguesa? Se sim, como é que esta visão impacta a maneira como os portugueses olham para o racismo?

Sim. Na década de 1950, o Lusotropicalismo apoderou-se dos portugueses e nunca mais nos deixou. Para fazer face à onda internacional que criticava os países que colonizavam outros territórios, Portugal adotou, nessa altura, um discurso ameno e benevolente – que romantizava as relações inter-raciais e silenciava a violência que estas ocultavam – para fazer passar uma imagem positiva do império. Muitos portugueses não conseguem reconhecer o racismo estrutural da nossa sociedade, ou admitir praticarem atos racistas porque continuam, até hoje, toldados por esta imagem.

3. Deve Portugal trabalhar numa reparação histórica? Se sim, como?

Sim, não vejo uma forma de avançarmos enquanto sociedade que não passe por uma análise crítica do passado. Portugal deve revisitar-se enquanto Estado-nação, permitir que outras vozes penetrem a narrativa nacionalista até agora vigente e fazer comissões de verdade e justiça que, de alguma forma, possibilitem uma reparação – ainda que parcial – das desigualdades que o colonialismo promoveu e que se mantêm, até hoje, no mundo. Resumindo, é preciso que a história de Portugal se desconstrua, se deixe penetrar por outras narrativas e, finalmente, se reerga de uma forma mais democrática.